

---

## GUERRA DO RIO, GUERRA DO EXTRA ... GUERRA DE QUEM?

### *RIO WAR, EXTRA WAR ... WHOSE WAR?*

---

**VALQUIRIA APARECIDA PASSOS KNEIPP**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**RENATO FERREIRA DE MORAES**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**Resumo:** Este artigo se propõe a analisar a estratégia do jornal Extra, do Rio de Janeiro, ao criar a editoria “Guerra do Rio” para classificar as notícias relacionadas à violência urbana na capital fluminense. Utilizamos como aporte teórico o conceito de (dis)função narcotizante da mídia apontada por Merton e Lazarsfeld (2000), um quadro característico dos jornais populares em que política, economia e variedades se misturam num pacote de entretenimento e informação e, ainda, num cenário de banalização da violência, apontado por autores como Chauí (1999) e de transformações da política na era de comunicação de massa, indicado por Gomes (2004). Utilizamos, como metodologia, análise de discurso da reportagem principal publicada na data da criação da editoria, bem como de cinco capas do jornal com o termo “guerra”, quatro antes e uma depois do surgimento da editoria.

**Palavras-chave:** Violência. Mídia. Banalização. Guerra no Rio. Usos e Gratificações.

**Abstract:** This article proposes to analyze the strategy of the Extra newspaper of Rio de Janeiro, when creating the publishing house "Guerra do Rio" to classify the news related to urban violence in the capital of Rio de Janeiro. We use as a theoretical contribution the concept of the (dis) narcotizing function of the media pointed out by Merton and Lazarsfeld (2000), a characteristic picture of popular newspapers in which politics, economics and varieties are mixed in an entertainment and information package and also in a scenario of banalization of violence, pointed out by authors like Chauí (1999) and of political transformations in the age of mass communication, indicated by Gomes (2004). We used, as a methodology, discourse analysis of the main report published in the data of the creation of the editor, as well as five covers of the newspaper with the term "guerra", four before and one after the appearance of the publishing house.

**Keywords:** Violence. Media. Banalization. War in Rio. Uses and Gratuities.

## 1 INTRODUÇÃO

Numa ilha remota, em 1914, alemães, franceses e ingleses viviam em harmonia, acompanhando o que acontecia no mundo pelos jornais trazidos de barco a cada dois meses. Ansiosos pelos resultados de escândalos políticos relatados pelos jornais na última chegada da embarcação, descobrem-se inimigos, em setembro, ao saber da notícia que a Alemanha estava em guerra com a Grã-Bretanha e a França desde o fim de julho. A história, relatada por Lippman (1922)<sup>1</sup> *apud* Hjarvard (2014, p.22) ilustra “o poder dos jornais de mudar as representações em nossas mentes, ou seja, nossa interpretação do mundo social” através de uma realidade construída. Embora não seja nosso foco realizar análise de recepção do fenômeno, mas apenas do sentido produzido por uma estratégia midiática, este artigo versa sobre a iniciativa de um jornal brasileiro na construção de uma realidade peculiar: a guerra.

Em 16 de agosto de 2017, o Jornal Extra, do Rio de Janeiro, anunciava a abertura de uma editoria denominada “Guerra do Rio”. Em editorial publicado na versão digital e divulgado nas redes sociais com o título “Isso não é normal”, reproduzido também na versão impressa, na capa do jornal, o veículo afirmava que os episódios de violência urbana no Rio de Janeiro ultrapassaram o limite da normalidade.

A partir desta edição, o leitor passará a encontrar em nossas páginas uma expressão que, até então, nossos jornalistas evitavam: guerra do Rio. Não se trata de uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor.

O EXTRA continuará a noticiar em suas páginas policiais os crimes que ocorrem em qualquer metrópole do mundo: homicídios, latrocínios, crimes sexuais... Mas tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra. Um feto baleado na barriga da mãe não é só um caso de polícia. É sintoma de que algo muito grave ocorre na sociedade. A utilização de fuzis num assalto a uma farmácia não pode ser registrada como uma ocorrência banal. A morte de uma criança dentro da escola ou a execução de um policial são notícias que não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia.

<sup>1</sup> A história faz parte do livro *Opinião Pública*, de Walter Lippman, publicado em 1922. O jornalista e escritor norte-americano defende a ideia de que a opinião pública é construída a partir de uma realidade representada.

A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie.

Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações.

Sabemos que não há solução fácil nem mágica para o problema. Guerra pressupõe vitórias, derrotas, avanços, recuos, acertos e erros. É preciso paciência e consciência de que nada será resolvido a curto prazo. Mas temos a esperança de perder, um dia, o título de ser o único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra.<sup>2</sup>

Assim, criou-se uma editoria independente na versão impressa (inserida na de Polícia, na versão digital), destinada à veiculação, segundo o periódico, de “notícias que não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia”<sup>3</sup>. Integrante do Grupo Globo, o Extra informa imprimir, numa única ou até três edições, conforme a demanda dos fatos, 82.716 exemplares nos dias úteis e 168.112 exemplares nos domingos. Seus leitores estão distribuídos pelas classes C (57%), B (24%), D e E (16%) e A (3%). O jornal, voltado para os leitores das classes B e C, chegou às bancas em 5 de abril 1988, domingo, com o preço de R\$ 0,50 (R\$ R\$ 0,25 de segunda a sexta). A manchete da estreia mostra o perfil popular que o jornal assumiria: “Caixa vende e financia oito mil imóveis no Rio”. A “guerra” surge nas manchetes do Extra logo na primeira semana de circulação, no dia 11 de abril de 1988 com a notícia de “Mais um dia de guerra na Zona Norte”. Mas isso não se configuraria em uma rotina editorial, pelo menos na capa do jornal. O termo ocorre 53 vezes na manchete de capa do Extra durante sua existência, até agosto de 2017, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1. Demonstrativo anual do número de ocorrências do termo “guerra” nas manchetes de primeira página do Jornal Extra, de abril de 1998 a agosto de 2017<sup>4</sup>**

Ano	Total de edições	Ocorrências
1998	262	04

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalextra/posts/1747301785302764>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>

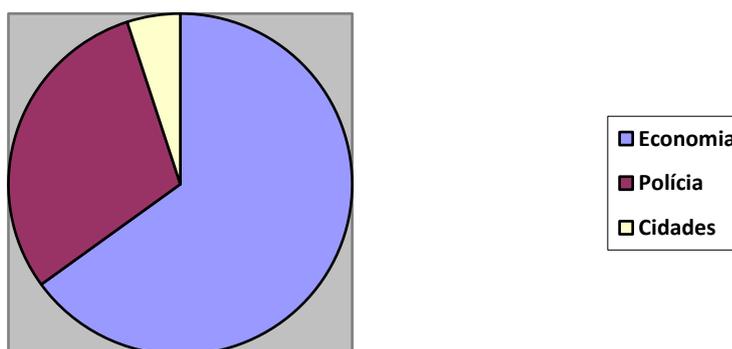
<sup>4</sup> No ano de 2001, as três ocorrências referem-se ao episódio do 11 de Setembro, quando dois aviões atingiram as Torres Gêmeas, em Nova York e a repercussão internacional do caso em relação ao combate ao terrorismo; em 2003, das sete ocorrências, três referem-se à disputa política em nível local e duas ao combate ao terrorismo internacional; em 2008, a única ocorrência refere-se ao combate à dengue no Rio de Janeiro; em 2009, das duas ocorrências, uma refere-se à disputa do carnaval carioca.

1999	365	03
2000	366	05
2001	365	03
2002	356	06
2003	365	07
2004	366	04
2005	365	01
2006	356	01
2007	365	02
2008	366	01
2009	365	02
2010	356	02
2011	365	02
2012	366	03
2013	365	01
2014	356	01
2015	365	01
2016	366	-
2017	227	04

Fonte: Acervo digital do Extra. Compilação de dados elaborada pelos autores

Na trajetória de 19 anos do jornal, consideradas as manchetes principais de capa, em 13 anos houve predominância dos assuntos de Economia, em seis dos de Polícia e em um ano dos temas relacionados à editoria de Cidades, conforme gráfico 1:

**Gráfico1. Predominância das editorias nas manchetes do jornal Extra, de abril de 1998 a agosto de 2017**



Fonte: acervo do Extra e compilação de dados dos autores

Embora esses dados reforcem a característica do Extra como um jornal com foco na economia, em 2017, como consequência imediata da criação da editoria

“Guerra do Rio”, o periódico aumenta sua atenção com a violência urbana, conforme a tabela 1.

**Tabela 1. Comparativo do total de páginas relacionadas à violência na versão impressa do Extra, em três semanas de circulação, em agosto de 2017**

Semana de 06 a 12 de agosto de 2017							
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Número de páginas	2	1	1	1	1	2	2
Semana de 13 a 19 de agosto de 2017							
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta <sup>5</sup>	Quinta	Sexta	Sábado
Número de páginas	2	2	2	5	4	3	4
Semana de 20 a 26 de agosto de 2017							
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Número de páginas	2	3	4	4	4	6	5

Fonte: acervo digital do Extra e compilação de dados dos autores

De janeiro a junho de 2017, a “guerra” surge nas manchetes principais do Extra em quatro ocasiões (7 de janeiro, 10 de fevereiro, 31 de março e 2 de junho). Em agosto, incluindo a data de criação da editoria, o termo ocorre outras quatro vezes, mesmo número do mês de setembro.

De posse desses dados, este artigo se propõe a analisar essa estratégia do Extra de criação da editoria “Guerra do Rio” a partir da análise de discurso da reportagem que deu origem à criação da editoria, bem como de quatro capas de janeiro a junho de 2017, anteriores, portanto, à criação da editoria. E de uma capa, de 17 de agosto, um dia depois da criação da editoria.

Tomando como referência o discurso midiático em relação à violência, utilizaremos os conceitos de dito e não dito descritos por Orlandi (2003) como parâmetros para Análise de Discurso. Nosso referencial teórico é a teoria de Usos e Gratificações, particularmente em relação à (dis)função narcotizante dos meios de comunicação de massa descrita por Merton e Lazarsfeld (2000), para o que buscamos contribuições de autores críticos à banalização da violência e à superficialidade da

<sup>5</sup> Data de lançamento da editoria Guerra do Rio

mídia no trato das questões sociais, a exemplo de Chauí (1999). E ainda, sobre a abordagem dos meios de comunicação no que diz respeito aos aspectos políticos do cotidiano do cidadão num cenário de transformações da política na era de comunicação de massa descritas por Gomes (2004).

## 2 CENÁRIOS, USOS E GRATIFICAÇÕES, COTIDIANO E POLÍTICA

Um jornal é feito por jornalistas, que escrevem para jornalistas, que por sua vez conferem o que jornalistas escrevem, diz Klapper (1968) *apud* Dines (1986, p.54), que relaciona essa afirmação às rotinas de produção de notícias, em que o repórter submete o seu texto para aprovação em uma cadeia hierárquica, um contexto inserido nas pioneiras teorias de comunicação como uma relação binária emissor/receptor. Mais adiante, Dines (1986, p.55) afirma que, ao fim da linha, “o leitor, o ouvinte ou o telespectador são, na realidade, os verdadeiros proprietários dos veículos”.

Trata-se de um processo que tem origem em um contexto jornalista-jornalista e se transforma numa relação jornal-público. E este cenário se encontra num ambiente de crise. A Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016 indica que 89% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação, seguida pela internet (26%), rádio (7%) e jornal (3%). Rubbo (2016) indica que, em 2016, 15 veículos de comunicação encerraram as atividades, numa ordem inversamente proporcional aos índices relacionados pela estatística da PBM - 2016: sete veículos impressos, um site de notícias, três rádios e duas emissoras de televisão.

No ano anterior, segundo Pacete (2015) um balanço dos periódicos fechados nos seis anos anteriores mostra a Gazeta Mercantil, de São Paulo, em 2009; o Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em 2010<sup>6</sup>; o Estado do Paraná, de Curitiba, em 2011; o Jornal da Tarde, de São Paulo, em 2012; o Diário do Povo, de Campinas, em 2012; O Diário do Comércio, de São Paulo, em 2014; O Sul, de Porto Alegre, em 2014; o Brasil Econômico, de São Paulo, em 2015.

<sup>6</sup> O Jornal do Brasil voltou a circular na versão impressa no dia 25 de fevereiro de 2018.

Em paralelo, nos últimos 20 anos, grandes grupos de comunicação lançaram jornais populares (na linguagem e no preço de banca), caso do Extra, no Rio de Janeiro e o Agora, em São Paulo. O fenômeno também chegou à mídia regional, a exemplo do Amazonas, com o Manaus Hoje, do mesmo grupo de a A Crítica; o Dez Minutos, do grupo de O Diário do Amazonas; e o Agora, do grupo do Em tempo. Além do preço acessível, a receita é simples, enumera Espírito Santo (2007): linguagem popular, manchetes e frases com duplo sentido e, na capa, quase invariavelmente, mulheres em poses sensuais ou pouca roupa.

Mas o que significa um jornal com mais de 82 mil exemplares impressos diariamente – além da presença ativa na internet - numa cidade como o Rio de Janeiro? Que função cumpre na agenda social? Ao discorrer sobre as funções da mídia, Merton e Lazarsfeld (2000, p. 114) destacam três: a) atribuição de status “às causas públicas, às pessoas, às organizações e aos movimentos sociais”; b) reforço das normas sociais “expondo condições que estão em desacordo com a moral pública”, (MERTON e LAZARSELD, 2000, p.117), em forma de cruzadas moralistas, por exemplo; e c) disfunção narcotizante da mídia, “denominada disfuncional em vez de funcional supondo-se que não seja do interesse da complexa sociedade moderna ter uma grande parcela da população politicamente apática e inerte” (MERTON e LAZARSELD, 2000, p.119).

E de onde vem a opção pela violência como assunto jornalístico? A violência faz parte da história da humanidade desde a sua origem, apontam Carvalho et al. (2012), daí o interesse da mídia em estabelecer uma relação singular com a violência urbana no sentido de envolver o leitor, tal como numa novela televisiva, ora expondo cada detalhe dos crimes, ora transformando criminosos em celebridades nas capas de jornal e revistas e reportagens de tevê. É nesse panorama que ocorre a banalização do fenômeno.

Especialistas são convidados a analisar os ambientes que simulam uma conversa entre amigos, como uma tarde de domingo ou uma conversa depois do trabalho. Em um clima informal, a violência é apresentada como um elemento comum ou banal, e entre o horror, o escândalo, a raiva e o medo, o telespectador não consegue se livrar do assunto, que já agenda a conversa no ônibus, no condomínio, no clube ou no trabalho. (CARVALHO et al., 2012, p.436)

Cada vez mais, a mídia moderna tem como principal ferramenta a sensibilidade, mas o fenômeno não é novo, como já frisamos. Brigs e Burke (2006, p. 191) analisam que a linha demarcatória entre informação e entretenimento na mídia – eletrônica e impressa – torna-se mais tênue a partir da década de 1950, mas que o fenômeno já era conhecido. Citam o caso do lançamento jornal londrino “Daily Mail, em Londres, em 1896, com o preço de meio centavo, com o objetivo explícito de entretenimento e informação”. (BRIGS e BURKE, 2006, p. 192).

E no meio de tudo, a política. Gomes (2004, p.163) lembra a arma poderosa em que os meios de comunicação de massa se transformam sob o ponto de vista político ao se inserirem na agenda coletiva para influenciar a opinião pública.

É fato dos mais comuns entre nós que os impérios de comunicação, de Assis Chateaubriand a Roberto Marinho, jamais se tenham contido no interior do sistema comunicacional, avançando suas pretensões sobre o campo político, fazendo e desfazendo governos, escolhendo ou vetando candidatos, aconselhando ou determinando políticas e prioridades do Estado. (GOMES, 2004, p.163)

Essa interferência se dá de três formas, afirma Gomes (2004, p.176): a) servidão voluntária, quando o veículo se vincula ideologicamente a um grupo ou partido e apoia sua linha editorial em supostas vantagens políticas ao adotar essa estratégia; b) acúmulo de poder através da pressão a grupos ou indivíduos no sentido de controlar a agenda pública e c) o controle sobre os direitos de transmissão (rádio e TV) exercido por políticos. O Extra, assim como parte da grande imprensa, se identifica com a estratégia indicada na alínea b.

Para Chauí (1999, p.1), a violência “é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror” (CHAUÍ, 1999, p.1). Quando grita contra a violência, analisa a autora, a mídia ajuda a encobrir outra violência, a real, ocultada por vários dispositivos: 1) a justiça, que “localiza a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida” (CHAUÍ, 1999, p.2); 2) pela sociedade, que enxerga a violência como uma anomalia, um choque entre “grupos sociais ‘atrasados’ ou ‘arcaicos’ entram em contato com grupos sociais ‘modernos’ e, ‘desadaptados’, tornam-se violentos” CHAUÍ (1999, p.2, grifos da autora); 3) pela exclusão ou distinção entre nós e eles, “atrasados’ e ‘deserdados’ que empregam a

força contra a propriedade e contra a vida de nós, ‘brasileiros não violentos’ (CHAUÍ, 1999, p.2, grifos da autora) e 4) pela distinção entre a essência da sociedade brasileira, não violenta, e a condição accidental da violência “eis por que os meios de comunicação se referem à violência com a as palavras ‘surto’, ‘onda’, ‘epidemia’, ‘crise’, isto é, termos que indicam algo passageiro e accidental” (CHAUÍ, 1999, p.2, grifos da autora). Assim, prossegue a autora, apontando também que as desigualdades econômicas, sociais e culturais não são consideradas formas de violência e a violência não é considerada como condição estrutural, mas esporádica e superável. Nessa perspectiva, acreditamos ser possível acrescentar o termo “guerra”, a “Guerra do Rio” do Extra, a esse panorama exposto pela autora, na medida em que a guerra também carrega esse sentido de algo não permanente. Estabelecido o objetivo do vitorioso, cessa a contenda.

### 3 A CRUZADA<sup>7</sup> DO EXTRA

O Extra iniciou institucionalmente, no dia 16 de agosto de 2017, – a proximidade com o termo vem desde sua fundação - essa cruzada para convencer o leitor que o Rio está em guerra com uma reportagem que foi capa do jornal e ocupou uma página no interior do periódico, conforme as figuras 3 e 4. Outras duas páginas com o tema, mas sobre outros assuntos, foram publicadas nessa edição. A manchete indica: “Dossiê secreto revela. É Guerra. Rio já perdeu 843 áreas para o crime”<sup>8</sup>. Sobre a manchete, o texto editorial com o título “Isso não é normal”<sup>9</sup>.

#### Figuras 3 e 4. Capa do Extra e página 3 do periódico, edição de 16 de agosto de 2017

<sup>7</sup> Merton e Lazarsfeld (2000, p.117) referem-se à cruzada como a abordagem dos meios de comunicação diante dos grandes fatos sociais, caso do tratamento dado a questões como a corrupção, por exemplo. Por meio das cruzadas, reafirmam normas sociais expondo ao público, à sua maneira, onde em que medida está ocorrendo o desvio da norma. “A cruzada triunfante poderá alcançar, ou melhor, realçar, o poder e o prestígio dos *mass media*, tornando-os, por sua vez, mais poderosos nas cruzadas subsequentes” (MERTON e LAZARFELD, 2000, p.118, grifo dos autores)

<sup>8</sup> Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?a=guerra&ye=2017&mo=8&da=16>

<sup>9</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>



Fonte: acervo Extra Digital

A ilustração principal da matéria (figura 4) é um infográfico com o mapa do Rio de Janeiro e as 10 áreas mais violentas dominadas pelo crime organizado constantes no relatório da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro no qual se baseia a reportagem. Sobre o infográfico, o subtítulo indica “Onde a Constituição não vale”. Dentro do infográfico, uma legenda indica se as localidades têm ou não UPP<sup>10</sup> instalada e outra informa que “o estudo mapeou todas as 6286 ocorrências de mortes violentas em todo o estado durante o ano de 2016. Desse total, 1.023 – ou um sexto – foram registradas dentro das áreas sob controle de grupos armados”<sup>11</sup>. Estão distribuídos ao longo do texto alguns dados em forma de números, a exemplo de: a) “581 suspeitos morreram em confronto com a polícia no primeiro semestre de 2017”, b) “612 roubos ocorreram em média todos os dias no estado do Rio este ano”, c) “2.723 pessoas foram vítimas de homicídios no estado entre janeiro e junho”, d) “NADA A DECLARAR. Silêncio oficial. Governo não comentou o levantamento, que só será divulgado oficialmente em 2021”, e) “Mapa. Estudo contabiliza crimes hediondos cometidos pelos bandidos e pelo estado”, f) “É mais fácil mobilizar os homens para a guerra que para a paz. José Saramago, escritor português” e g) “Áreas Conflagradas. Cidade de Deus encabeça lista de locais mais violentos, com mais de 70 vítimas”.

<sup>10</sup> Abreviatura de Unidade de Polícia Pacificadora, programa de ocupação de áreas com incidência de violência implantado pelo Governo do Rio de Janeiro em parceria com os governos federal e municipal, desde 2008.

<sup>11</sup> Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?a=guerra&ye=2017&mo=8&da=16>

As expressões “O critério de definição das áreas foi a presença de grupos criminosos, confirmada pela PM” e “O controle ilegal do território se faz a reboque de vários crimes” são destacados como “trechos do estudo Letalidade violenta e controle ilegal do território no Rio de Janeiro”. Uma foto com dois soldados portando armas e a legenda “Ação da PM deixou dois mortos e dez feridos na Cidade de Deus, em julho” ocupa o centro da página. A matéria informa que

O EXTRA teve acesso ao teor de um documento classificado como sigiloso pela Secretaria de Segurança do Rio, que só poderá ser tornado público, no mínimo, em 2021. A preocupação em esconder a informação tem explicação: é a primeira vez que o estado quantifica e mapeia as áreas que estão sob o controle de grupos armados. E o número de territórios onde a Constituição brasileira não vale nada é alarmante: 843.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, só as dez regiões mais violentas somam uma área de 23 km quadrados. Maior do que o município de Nilópolis, que tem 19 km quadrados.

Chamadas de “territórios controlados ilegalmente”, as regiões não englobam somente favelas, mas também conjuntos habitacionais, imóveis específicos e até algumas vias urbanizadas.

O mapeamento foi feito entre os anos de 2015 e 2016 por analistas do Instituto de Segurança Pública (ISP), com base em informações levantadas pela Polícia Militar, Subsecretaria de Inteligência (Ssinte) e Disque-Denúncia.

Cada uma dessas áreas, segundo um dos autores do mapeamento, o geógrafo Luciano de Lima Gonçalves, é “um perímetro onde grupos criminosos agem ostensivamente, circulam frequentemente exibindo armas e praticando crimes, como o tráfico de drogas”. O levantamento serviu de base para o estudo “Letalidade violenta e controle ilegal do território no Rio de Janeiro”, assinado por Gonçalves, que procura demonstrar como a dominação de áreas pelo crime organizado tem influência sobre o número de mortes violentas no estado.

Para isso, o geógrafo, que também é pesquisador do ISP, posicionou num mapa as localizações exatas de cada assassinato ao longo de 2016. Dos 6.262 crimes do tipo registrados no estado, 1.023 — ou um sexto — aconteceram dentro dos perímetros onde a lei não entra. Procurada pelo EXTRA, a Secretaria de Segurança alegou que “não comenta informações de inteligência”.

UPPs em seis das dez áreas mais violentas

Diversas áreas que o estado já considerou “pacificadas” estão na lista de territórios dominados por grupos armados mapeadas pela Secretaria de Segurança. E são maioria no ranking das localidades mais violentas. Das dez áreas com mais vítimas de homicídios, latrocínios (roubos seguidos de mortes), lesões corporais seguidas de mortes e autos de resistência — em suas formas consumadas e tentadas —, seis abrigam bases de UPPs.

A área que encabeça a lista, com mais de 70 vítimas em 2016, é a Cidade de Deus, na Zona Oeste, que tem uma UPP desde 2009. A Mangueirinha — única comunidade fora da capital com uma unidade, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense — ocupa a segunda posição, com 50 vítimas. Também aparecem na lista o Complexo do Alemão, a Mangueira e o Jacarezinho, na Zona Norte, e a Vila Kennedy, na Zona Oeste.

No estudo, o pesquisador também calcula as mortes violentas que ocorreram num perímetro de até 100m fora das 843 áreas. Segundo Gonçalves, esses

territórios também sofrem influência de grupos armados. Contabilizando os crimes dessas regiões, o número de assassinatos salta de 1.023 para 1.628.<sup>12</sup>

#### 4 TEXTO E DISCURSO, DITO E NÃO-DITO

O esquema elementar da comunicação, lembra Orlandi (2003, p.21) estabelece uma cadeia constituída de emissor, receptor, código, referente e mensagem. No que diz respeito à Análise de Discurso, esse processo ultrapassa a simples transmissão de informação, mas uma relação de sujeitos afetados pela língua e pela história. Antes que se diga que o pressuposto vale apenas para o discurso oral, a autora adverte que não se deve confundir discurso com fala. É a língua, não a fala, a intermediadora do discurso. “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso é efeito de sentidos entre locutores”. (ORLANDI, 2003, p.21) Todo dizer implica um não dizer, prossegue a autora. É o dito e o não dito. Uma de suas formas é o silêncio. O silêncio constitutivo, em que uma palavra apaga a outra, e a censura, que é silêncio total. “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre um silêncio acompanhando as palavras”. (ORLANDI, 2003, p.83). Assim, o analista deve buscar sempre o que não está sendo dito, o que poderia ser dito.

Sobre o editorial, só não há o que dizer sobre a afirmação de que o cenário de violência urbana no Rio de Janeiro foge à normalidade. Mas há que se destacar que os jornalistas do Extra, ao contrário do que diz o editorial, jamais evitaram o uso do termo guerra, que surge na capa do jornal em sua primeira semana de circulação. Ao criar a editoria, o jornal parece buscar uma saída para a banalização da violência da qual é partícipe, passando a indicar e classificar o cenário urbano de acordo com sua conveniência editorial (e econômica).

Ao justificar a criação da editoria, o jornal afirma ser essa a sua maneira de “berrar: Isso não é normal”<sup>13</sup>. Ao contrário do Estado, que mata ou é omissivo, o jornal protesta. Isso é o dito. Entendemos que, ao assumir a postura de se inserir como um

<sup>12</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/documento-sigiloso-da-secretaria-de-seguranca-revela-que-rio-tem-843-areas-dominadas-por-bandos-armados-21710694.html>

<sup>13</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>

quadro negro a apontar a agenda social, o não dito é que o jornal parece gritar: “Só eu sei o que vocês devem ler”. Ao fim do editorial, surge mais um não dito. O Extra termina o texto exibindo a tradicional megalomania brasileira. Somos os maiores do mundo, os únicos tetracampeões do futebol. Agora, também o “único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra”<sup>14</sup>.

A reportagem (figura 4), que se prende à divulgação de um documento ao qual se atribui sigilo, não amplia o debate ouvindo fontes, sejam eles moradores das áreas ou especialistas no assunto. Relata apenas o cenário de uma guerra perdida pelo Estado. Mas o leitor mais atento pode ter ficado confuso nesse universo de números, pois segundo o G1 (2017), com base na mesma fonte, o número de homicídios de 2016 havia sido de 5.033. No documento publicizado pelo Extra, esse índice salta para 6.262. Trata-se de um bombardeio de números, que junto com as outras informações relativas a entretenimento e a publicidade compõem o cenário narcotizante descrito por Merton e Lazarsfeld (2000). Assim, o leitor, exausto, tanto do trabalho quanto pelo excesso de informação, não tem tempo de racionar sobre a realidade descrita pelo jornal. Ao citar a Constituição Brasileira, o Extra considera as áreas territórios sem lei, “territórios controlados ilegalmente”, conforme o documento. Mais uma vez nos deparamos com o dito e o não-dito descrito por Orlandi (2003). Ora, numa região onde morrem pessoas assassinadas, sejam 5.033 ou 6.262, não é a Lei, mas a vida que não vale nada.

A matéria<sup>15</sup> nada acrescenta sobre o que cidadão comum já sabe dessas áreas, “um perímetro onde grupos criminosos agem ostensivamente, circulam frequentemente exibindo armas e praticando crimes, como o tráfico de drogas” (SOARES, 2017). E que os criminosos exercem influência num perímetro de até 100 metros das áreas por ele dominadas. Além disso, o texto deixa explícito seu caráter político na medida em que destaca a falência do programa das UPP’s, hoje territórios dominados por grupos armados. “Diversas áreas que o estado já considerou

<sup>14</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>

<sup>15</sup> Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/documento-sigiloso-da-secretaria-de-seguranca-revela-que-rio-tem-843-areas-dominadas-por-bandos-armados-21710694.html>

‘pacificadas’ estão na lista de territórios dominados por grupos armados mapeadas pela Secretaria de Segurança” (SOARES, 2017, grifo do autor), revela a reportagem.

## 5 A FORÇA DO TEXTO, O FASCÍNIO DA IMAGEM

Em 2017, o termo guerra já havia surgido na capa do Extra em quatro ocasiões, a primeira em 7 de janeiro, mas aqui sobre uma guerra que não diz respeito ao Rio de Janeiro, mas que vende jornal tanto quanto se fosse. “Guerra de facções ferve e executa 31 em Roraima”<sup>16</sup>, diz a manchete com o sub-título “Depois do massacre de 56 presos em Manaus, presídio rural em Boa Vista tem nova barbárie com detentos decapitados. Em novembro, ministro da Justiça negou ajuda ao Estado. Página 10”<sup>17</sup>. Essa nos parece uma opção editorial do jornal, com base no assunto mais importante do dia, mas que o favorece no sentido de manter o leitor familiarizado com o tema que será recorrente no Extra: a guerra. Sigamos adiante então, com a Guerra do Rio.

Conforme o senso comum, “uma imagem vale mais que mil palavras”, mas a ciência vê nisso uma revolução. Flusser (2008, p.15) afirma que “fotografias, filmes, imagens de TV, de vídeo dos terminais de computador assumem o papel de portadores de informação outrora desempenhados por textos lineares”. Na segunda ocorrência, em 10 de fevereiro, o Extra volta à carga com um tom político mais explícito e com a força da abstração das imagens, conforme a figura 3.

**Figura3. Capa do Jornal Extra do dia 10 de fevereiro de 2017**

<sup>16</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=1&da=7&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>17</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=1&da=7&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>



Fonte: acervo Extra Digital

“Rio em Pezão de Guerra”<sup>18</sup> parece mais uma campanha de marketing de oportunidade de que uma cobertura jornalística dos três fatos expostos como subtítulos da manchete, ilustrada por uma foto de um grupo de militares (um deles jogando uma pedra) reprimindo uma manifestação de rua: 1) Depois de ter o mandato cassado, governador é acusado de receber propina; 2) Polícia Federal aponta indícios de que o político ganhou R\$ 140 mil no esquema de Cabral e 3) Na Alerj, deputados não votaram a venda da Cedae em meio aos protestos na rua. Aqui, o não-dito é que o Rio de Janeiro está em “pé de guerra” (grifo nosso) muito antes do atual governo, uma guerra que o próprio Extra já admitia na sua primeira semana de circulação. Ocorre que um veículo de comunicação jamais perderia tamanha oportunidade de se inserir no universo político do cidadão com as armas que tem.

## 6 A MORTE NA ESCOLA

<sup>18</sup> Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=2&da=10>

No dia 31 de março de 2017, uma adolescente morreu vítima de uma bala perdida de um confronto entre a polícia e traficantes. O Extra estampa na primeira página a foto da menina, ainda em vida, sorrindo: “Maria Eduarda. A nova vítima da velha guerra”, conforme a figura 4. No sub-título, a explicação de que “PM’s são filmados executando dois homens que já estavam feridos, em função de uma operação em Acari. No mesmo confronto, um tiro atingiu a menina de 13 anos que estava na aula de Educação Física”<sup>19</sup>.

Além da foto da adolescente, a capa traz outras três fotos, uma de um carro da polícia reprimindo uma manifestação de protesto contra a morte da menina, em frente à escola, outra de uma imagem de câmera de segurança que mostra policiais de arma atirando contra homens deitados no chão e uma terceira de outro protesto, numa das principais avenidas da comunidade.

Na primeira, a legenda é “Bomba no caveirão. Manifestantes jogaram coquetel molotov na PM e se abrigaram na escola”<sup>20</sup>. Nas duas restantes, as legendas são, respectivamente, “A corregedoria da PM investiga os policiais que atiraram nos homens caídos” e “Moradores da Fazenda Botafogo fecharam a avenida Brasil para protestar”<sup>21</sup>. Um texto em destaque explica o ocorrido:

Os alunos da Escola Municipal Daniel Piza, em Acari, estão acostumados com a violência. Mas, ontem, viram a amiga Maria Eduarda Alves, ser atingida no pátio enquanto policiais faziam uma operação. Do outro lado do muro, dois PMs se aproximam de duas pessoas que já estavam feridas e atiram à queima-roupa. Moradores, não se sabe se penalizados com a história da menina ou com a dos homens, fecharam a avenida Brasil. Página 3<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=3&da=31&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=truu>

<sup>20</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=3&da=31&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=truu>

<sup>21</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=3&da=31&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=truu>

<sup>22</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=3&da=31&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=truu>

**Figura4. Capa do Jornal Extra do dia 10 de fevereiro de 2017**



Fonte: acervo Extra Digital

A capa do Extra apresentada na figura 4 carrega o discurso da normalidade, resultado da banalização da violência. Mais uma vítima da guerra, cidadãos protestando contra a violência e um veículo que se perdeu no caminho da informação, ao admitir que nada sabia sobre o motivo do protesto dos moradores que fechavam a avenida. Nesse caso, há varios não-ditos nesse discurso, um deles é que não há diferença entre protestar contra a morte de uma inocente ou contra a execução dos bandidos que a ocasionaram. É o discurso da desesperança. A narrativa do terror.

## 7 REAL E IMAGINÁRIO

Ao contrário das duas manchetes anteriores, a do dia 02 de junho “Apreensão de Guerra”<sup>23</sup>, com o sub-título “Operação da Civil no Galeão impede que 60 fuzis caiam na mão do tráfico”<sup>24</sup> divide espaço na capa do jornal, conforme a figura 5. Mais uma vez, aqui ocorre uma mistura de assuntos com a ocorrência, no mesmo espaço, de notícias de política “Defesas de Temer, Lula e Aécio contam lendas, dizem especialistas

<sup>23</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>24</sup> Disponível em

<http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

no assunto” e “Mais um comparsa de Cabral é preso na Lava-jato”<sup>25</sup>, de cidades/esportes “Polícia investiga se túmulo<sup>26</sup> foi violado”, de economia “Mercados devem fazer promoção de feijão preto”<sup>27</sup> e “Justiça impede aumento de ônibus”<sup>28</sup> e de entretenimento “Heroína direto dos quadrinhos”<sup>29</sup>.

Nessa mistura de símbolos textuais e não textuais, observa-se que, enquanto o Rio está em guerra, os políticos brasileiros fazem piada com a boa fé do público ao contarem lendas em forma de mentira para encobrir seus supostos crimes. Mas é preciso seguir em frente, se entregar ao ócio com a beleza da Mulher Maravilha, sem deixar de estar atento aos nossos heróis, mesmo os que já morreram, caso de Garrincha, cuja chamada de capa expõe a possibilidade de que seu túmulo tivesse sido violado. Sodré (1972, p.51) lembra que “o futebol brasileiro é vivido como epopeia, e nesta estrutura clássica deve-se procurar os subsídios para a tipologia de seus personagens, heróis e vilões”. Garrincha, com suas pernas tortas, é um deles. Nessa mistura, consideramos aqui a existência de um discurso não dito: “só nos resta a diversão e o trabalho, pois a cidade está perdida”.

**Figura5. Capa do Jornal Extra do dia 10 de fevereiro de 2017**

<sup>25</sup> Chamadas para notícias da editoria de Política. Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>26</sup> Sobre uma possível violação do túmulo do ex-jogador Garrincha. Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>27</sup> Chamada para matéria de economia. Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>28</sup> Chamada para matéria de Cidades. Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>

<sup>29</sup> Chamara para caderno de Artes sobre o filme da Mulher Maravilha. Disponível em <http://acervo.extra.globo.com/resultados/?ye=2017&mo=6&da=2&e=primeira+p%C3%A1gina&gr=true>



Fonte: acervo Extra Digital

## 8 O DIA SEGUINTE

Um dia depois da declaração de guerra, Extra repete a capa em que uma criança é envolvida pela guerra, mas desta vez não com as imagens da criança, mas dos próprios tanques de guerra e em três edições, pois no meio do caminho havia um jogo de futebol. Na primeira edição, a notícia divide espaço com outras de economia e cupons de desconto; na segunda, com o resultado do futebol e, na terceira, com uma informação adicional (com foto, inclusive) também em forma de guerra, desta vez entre as torcidas dos clubes que acabaram de se enfrentar, conforme as figuras 6, 7 e 8.

O que o jornal parece dizer é a repetição do editorial. Um grito em nome da cidade, pois há guerra por toda a parte. Se ninguém faz nada para conter essa guerra, o jornal faz sua parte, gritando pelas pessoas: “nós também não aguentamos mais essa guerra”.

Figuras 6, 7 e 8. Capa da 1ª, 2ª e 3ª edição do Extra do dia 17 de agosto de 2017



Fonte: acervo Extra Digital

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio da criação da editoria Guerra do Rio, pelo Extra, configura-se como, além de uma bem elaborada peça de marketing, uma estratégia política com vistas à sobrevivência (em tempos de crise do impresso) do periódico em firmar-se como referência no cotidiano do cidadão.

Ao priorizar a violência e a economia como estratégia de vínculo ao cotidiano do cidadão, a estratégia narrativa do Extra nos remete a uma tendência abordada pelos estudos enquadrados na teoria de Usos e Gratificações, conforme Blumler e Katz (1975) apud Martellart (1995, p.153), que classificam a mídia como uma espécie de “quadro de avisos no qual viriam a se inscrever os problemas que devem constituir o objeto de um debate em uma sociedade”. Mas é preciso observar que o debate aqui surge como uma agenda, não uma discussão profunda sobre as questões realmente imprescindíveis ao convívio social.

Na mídia contemporânea, tudo contribui para o não debate. Vejamos: há que se destacar que esse pacote de informação política dos jornais vem inserido num contexto valorizado esteticamente com fins de entretenimento. Fotografia apurada, diagramação cientificamente construída com base nos comportamentos de leitura, cores semioticamente escolhidas de acordo com o assunto compõem essa encomenda com destino ao receptor. Numa análise crítica sobre o discurso da televisão, Bourdieu

(1997) discorre sobre esse entretenimento, que segue a mesma lógica no impresso por meio das notícias de variedades. Para o filósofo francês, “se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que coisas fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas” BOURDIEU (1997, p.23).

O precioso é o debate, mas a mídia quer o não debate. Além disso, essa estratégia de repetição dos assuntos, aliada à função entretenimento da mídia deixaria o receptor atônito e incapaz de reagir diante de tanta informação. Mas não se fala apenas de guerra, economia e política nas capas do Extra. Há, invariavelmente, assuntos relacionados ao mundo artístico nas chamadas de capa do Extra, o que funcionaria como a aludida mensagem indicada por McLuhan (1969) como efeito característico da mídia: “Todos os meios agem sobre nós de modo geral. Eles são tão penetrantes que suas consequências pessoais, políticas, econômicas, estéticas e psicológicas, morais, éticas e sociais não deixam qualquer fração de nós mesmos inatingida, intocada ou inalterada”. (MCLUHAN, 1969, p.54)

Ao aproximar assuntos da economia, da segurança e do esporte ao cotidiano do cidadão, o Extra se insere na vida política da cidade e do país ao atribuir status aos personagens e fatos midiáticos e si próprio enquanto veículo produtor de informação. Mais: justifica a adoção de cruzadas contra o crime em forma de guerra (se há guerra, há baixas – justificáveis) ou a favor de mudanças legislativas (redução da maioria penal, por exemplo). Por fim, o cidadão recebe uma carga tão elevada de informação (e entretenimento) que passa a contentar-se com esse grau de conhecimento, confundindo o conhecimento com a ação sobre os problemas sociais.

Há que se comprovar, mais adiante, se o Extra vai continuar essa cruzada, mas o aumento da ocorrência do termo guerra nas capas do periódico sinaliza para uma possível guinada editorial, com a economia perdendo espaço para o binômio violência-política. Conforme CHARAUDEAU (2010, p. 19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Talvez seja uma resposta possível para o proprietário dessa guerra. O Rio ou o Extra?

## REFERÊNCIAS

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da mídia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>, Acesso em 16 de outubro de 2017.

BRAUDILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas**. Tradução de Suely Bastos. 4ª ed. Brasília: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Denise W; FREIRE, Maria Teresa e VILAR, Guilherme. **Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil**. Revista Panamericana Salud Publica [online]. 012, vol.31, n.5, p.435-438. Disponível em <[https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S102049892012000500012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S102049892012000500012&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais. 1999. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_1\\_4.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm)> Acesso em 16 de outubro de 2017.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 1986.

EXTRA. Isso não é normal. **Extra**, ago. 2017. Disponível em <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/issonaonormal21711104.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2017

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. **O jornal impresso e a difusão da informação**. e-Com, Belo Horizonte, v.1, n.1, 2007. Disponível em <<http://revistas.unibh.br/index.php/ecom/article/view/490>>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

FREIRE, Silene de Moraes, CARVALHO, Andreia de Souza. **Mediatização da violência: os labirintos da construção do consenso**. Textos & Contextos, Porto Alegre, vol. 7, n.1, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://completo.www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527162011>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

FLUSSER, V. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

GARCÍA-CANCLINI, Nestor. **Leitores, Espectadores e Internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da Política na Era de Comunicação de Massa**. São Paulo: Paulos, 2004.

HJARVARD, Stig. **Mediatização: conceituando a mudança social e cultural**. Matrizes, São Paulo, v. 8, n.1, p. 21-44, jan/jun. 2014.

LIMA, Venício A. de. **Mídia - Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **O meio são as mensagens**. Rio de Janeiro: Record, 1969.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003

MERTON, Robert; LAZARSELD, Paul. **Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social**. In: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 109-131.

PACETE, Luiz Gustavo. Brasil perdeu oito jornais em 6 anos. **Meio e Mensagem**, jul. 2015. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/07/15/brasil-perdeu-oito-jornais-em-6-anos.html>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

RUBBO, Tácia. Balanço de 2016: ao menos 11 veículos de comunicação foram encerrados no Brasil. **Comunique-se**, dez. 2016. Disponível em <https://portal.comunique-se.com.br/balanco-de-2016-ao-menos-11-veiculos-de-comunicacao-foram-encerrados-no-brasil>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

SOARES, Rafael. Documento sigiloso da Secretaria de Segurança revela que Rio tem 843 áreas dominadas por bandos armados. **Extra**, ago. 2017. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/documento-sigiloso-da>

secretaria-de-seguranca-revela-que-rio-tem-843-areas-dominadas-por-bandos-armados-21710694.html. Acesso em 15 de setembro de 2017.

SODRÉ, Muniz. **A Comunicação do Grotesco**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis. Afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

---

#### **SOBRE OS AUTORES**

##### **Valquíria Aparecida Passos Kneipp**

Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora Associada 2 de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líder da Linha Estudos da Mídia e Práticas Sociais do Grupo de Estudos da Nova Ecologia dos Meios e Diretora de Comunicação da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (2019-2023).

**E-mail:** valquiriakneipp@yahoo.com.br

##### **Renato Ferreira de Moraes**

Jornalista. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão da Comunicação Institucional pela Universidade Castelo Branco/Instituto de Educação do Exército. Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**E-mail:** rmoraes132@gmail.com

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-1940-0701>

#### **COMO CITAR ESTE ARTIGO**

KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos; MORAES, Renato Ferreira de. Guerra do Rio, Guerra do Extra ... Guerra de Quem? **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 144-167, jan./jun. 2020.

**RECEBIDO EM:** 03/11/2019

**ACEITO EM:** 07/06/2020